

**COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO
COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA**

**COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO
(AUDIÊNCIA PÚBLICA CONJUNTA)**

**REQUERIMENTO N°. /2007
(DOS SRs. REGINALDO LOPES, BETO FARO e EUDES XAVIER)**

Requer a realização de audiência pública conjunta desta Comissão, de Minas e Energia e de Trabalho, de Administração e Serviço Público, a realizar-se em data a ser agendada, com a participação do Físico e Engenheiro José Walter Bautista Vidal, do Líder do MST, João Pedro Stédile, do Governador do Estado do Paraná, Roberto Requião, do Governador do Estado do Maranhão, Jakson Lago, do Frei Sérgio Görgen, do jornalista Carlos Alberto de Almeida, do Presidente da CONTAG, Manoel dos Santos, da Presidente da UNE, Lúcia Kluck Stumpf, e do Técnico da Eletronorte, Érico Muniz, para debater sobre a consolidação das políticas públicas de Estado para a produção e distribuição das fontes de energias renováveis, como saída estratégica para o Brasil diante dos riscos de colapsos dos combustíveis fósseis e do aquecimento global.

Senhor Presidente:

Nos termos regimentais, requeremos a Vossa Excelência, ouvido o Plenário desta comissão, sejam convidados a comparecer a este órgão técnico, em reunião de audiência pública conjunta desta Comissão, de Minas e Energia e de Trabalho, de Administração e Serviço Público, a realizar-se em data a ser agendada, os senhores: José Walter Bautista Vidal (Físico e Engenheiro), João Pedro Stédile (Líder do MST), o Governador do Estado do Paraná, Roberto Requião, o Governador do Estado do Maranhão, Jakson Lago, Frei Sérgio Görgen, Carlos Alberto de Almeida (Jornalista), Manoel dos Santos (Presidente da CONTAG), Lúcia Kluck Stumpf (Presidente da UNE), e Érico Muniz (Técnico da Eletronorte), para debater sobre a consolidação das políticas públicas de Estado para a produção e distribuição das fontes de energias renováveis, como saída estratégica para o Brasil, diante dos riscos de colapsos dos combustíveis fósseis e do aquecimento global.

JUSTIFICATIVA

A humanidade enfrenta no momento uma situação das mais difíceis de sua história com a crise dos combustíveis fósseis e as consequências ambientais da queima desses combustíveis. O iminente colapso energético, em função do processo de exaustão do petróleo e do carvão mineral e a busca de energias renováveis e limpas, mostrou a urgência e importância de se colocar na ordem do dia dos debates nacionais, a necessidade do Governo tomar a decisão estratégica e inadiável de assumir o controle nacional e soberano sobre a produção e a distribuição das energias renováveis, o que só poderá ser feito por meio da ação do Estado.

Segundo o documento do *II Fórum Mundial de Energias Renováveis* (Bonn, 2005), as energias do futuro estão nas regiões tropicais com água, são de origem vegetal e implicam o domínio de extensas áreas férteis. O Brasil, um país com imensa fronteira agrícola, está sendo submetido a acelerado processo de transferência de controle de seu território para corporações e grupos externos. Sem o controle do Estado, a produção de energia renovável não será submetida a políticas públicas elaboradas com a participação de amplas camadas de produtores rurais, de trabalhadores sindicalizados, da sociedade civil organizada, de cientistas e técnicos, e, também, dos militares, já que a energia é uma questão de soberania nacional.

É fundamental termos a noção exata da complexidade da questão, uma vez que as fontes fósseis são a matriz energética mundial e representam 80% da energia primária consumida no mundo, e sua exaustão provocará o assédio internacional sobre os países tropicais, como o Brasil.

Possuir o controle das fontes de energia renováveis e limpas, definir políticas públicas que contemplam a participação de toda sociedade, promover o desenvolvimento, a geração de empregos na agroindústria rural para produzir derivados dos combustíveis vegetais, melhorar as condições de vida do povo brasileiro, são alguns dos desafios que enfrentamos hoje, e cabe a esta Casa, debater profundamente esta questão e propor ações que protejam o nosso patrimônio energético e ambiental.

Tendo em vista a importância das questões propostas para o debate, pedimos o apoio dos nobres parlamentares para a aprovação deste requerimento.

Sala da Comissão, em de de 2007.

Deputado REGINALDO LOPES (PT/MG)

Deputado BETO FARO (PT/PA)

Deputado EUDES XAVIER (PT/CE)